

Belo Horizonte, 08 abril de 2019.

Senhor Deputado,

Cumprimentando-o cordialmente, saudamos a Vossa Excelência pela assunção ao cargo de membro titular da Comissão Permanente de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados, cediços que a experiência que acumulara ao longo de todos os mandatos exercidos será preponderante para a boa condução de temas de salutar importância para o país.

Entre as temáticas afetas a essa Comissão, a segurança no trânsito talvez seja a que precise de uma atenção especial, tendo em vista a ainda crescente violência nas estradas, ruas e avenidas do país. Há de se recordar que o Brasil, por meio da Lei 13.614/2018, possui a meta de redução pela metade dos acidentes de trânsito que, atualmente, acarreta um gasto anual do governo de cerca de quarenta bilhões de reais e uma média de 45 mil mortes.

Nessa esteira, o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (Pnatrans) intenta a junção dos esforços das áreas envolvidas para que essa audaciosa meta seja alcançada, atuando de forma interdisciplinar e com um olhar holístico para o problema.

Em nosso sentir, enquanto agentes que atuam diuturnamente com os condutores de trânsito, uma das ações que se revela essencial é o acompanhamento mais próximo dos condutores, com avaliações mais completas e constantes acerca da capacidade de condução de veículo automotor, sobretudo no desenvolvimento de atividade remunerada.

Nesse diapasão, esta entidade recebeu com certa preocupação os informativos veiculados pela imprensa sobre o intuito do governo federal de apresentar alteração no Código de Trânsito Brasileiro, estendendo o prazo de validade dos exames médico e psicológico para dez anos, o que ocasionaria um vácuo avaliativo muito extenso e que conflitaria com as tendências

mundiais de maior acompanhamento evolutivo da capacidade física e psicológica dos condutores.

Com efeito, entendemos ser imprescindível que seja aberto um franco diálogo com a sociedade, apontando os riscos que essa flexibilização pretendida pode ocasionar, gerando um trânsito potencialmente mais inseguro.

Dessa forma, reconhecendo o vosso compromisso com o diálogo e a vasta experiência na área de transportes, pedimos que seja convocada uma audiência pública na qual se permita a discussão aprofundada sobre a temática exposta acima, garantindo, com isso, que a produção legiferante se dê balizada nos efetivos interesses da sociedade.

Agradecendo-lhe pela sempre prestigiosa atenção, despeço-me renovando os protestos de elevada estima e consideração.



Carlos Luiz Souza
Presidente da ACTRANS



Dr. Arilson Carvalho
Urologista
CRM-MG 35562

Arilson de Sousa Carvalho Júnior
Presidente da AMMETRA



Ao Excelentíssimo Deputado Federal
MAURO RIBEIRO LOPES
Gabinete 844 - Anexo IV - Câmara dos Deputados
BRASÍLIA - DF